

NOVA ESTIMATIVA DO VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE USANDO O MÉTODO DIFERENCIAL-ESTRUTURAL MODIFICADO (2010-2021)

Tomás A. Torezani[♦]
Fernando I. L. Cruz^{*}

Resumo: Este artigo tem como objetivo categorizar a dinâmica das atividades características do turismo no Rio Grande do Sul utilizando um novo indicador de valor adicionado bruto (VAB). O estudo decompõe o crescimento do VAB das atividades turísticas em nível municipal por meio do método diferencial-estrutural modificado de Esteban-Marquillas (1972), no período 2010-2021, e explora a consistência do componente alocativo diante da quebra estrutural provocada pela pandemia da Covid-19, refazendo a análise para os subperíodos de 2010-2019 e 2019-2021. O estudo inova em relação à maior parte da literatura nacional, que utiliza o emprego formal nesse tipo de decomposição e que omite a atividade de segundas residências enquanto fenômeno turístico. A análise mostra que: (i) a atividade turística no estado contraiu no acumulado do período quando mensurada tanto pelo emprego, como pelo VAB a preços constantes; (ii) o VAB apresentou maior volatilidade do que o emprego formal; (iii) a categorização dos municípios variou conforme a atividade turística; e (iv) a atividade de segundas residências mostrou maior consistência na classificação dos subperíodos analisados.

Palavras-chave: Atividades turísticas; Valor adicionado; Rio Grande do Sul.

Abstract: This article aims to categorize the dynamics of tourism activities in Rio Grande do Sul using a new gross value added (GVA) indicator. The study decomposes GVA growth from tourism activities at the municipal level using Esteban-Marquillas' (1972) modified differential-structural method, assessing the consistency of the allocative component in the face of the structural disruption caused by the COVID-19 pandemic, redoing the analysis for the periods 2010-2019 and 2019-2021. Thus, the study is innovative compared to most national literature, which uses formal employment in this type of decomposition and omits second-home activity as a touristic activity. The analysis shows that: (i) tourism activity in the state contracted over the period when measured by both employment and GVA at constant prices; (ii) GVA was more volatile than formal employment; (iii) the categorization of municipalities varied according to tourism activity; and (iv) second-home activity showed greater consistency in the classification of the subperiods analyzed.

Keywords: Tourism activities; Value added; Rio Grande do Sul.

Classificação JEL: Z32; L83; R11; R12.

Área 9: Economia Criativa, Cultura e Lazer, Turismo e Criminalidade

**XXIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS
REGIONAIS E URBANOS (ENABER)**

Ilhéus/BA, 22 a 24 de outubro de 2025

[♦] Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (SPGG-RS). E-mail: tomas-torezani@spgg.rs.gov.br.

^{*} Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (SPGG-RS). E-mail: fernando-cruz@spgg.rs.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da ONU Turismo (UNWTO, 2023), o turismo consolidou-se, nos últimos anos, como uma das maiores e mais dinâmicas cadeias produtivas globais. Em 2019, ano imediatamente anterior à pandemia de Covid-19, as atividades diretamente relacionadas ao setor geraram US\$ 3,3 trilhões, representando 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No período entre 2009 e 2019, o setor apresentou uma taxa média de crescimento anual de 5% nas chegadas internacionais, totalizando 1,5 bilhão de deslocamentos turísticos em 2019. Nesse mesmo ano, as receitas geradas pelo turismo internacional atingiram US\$ 1,8 trilhão, correspondendo a 28% do comércio mundial de serviços e a 7% das exportações globais de bens e serviços, evidenciando sua relevância econômica e comercial no cenário internacional.

Esses dados evidenciam que o turismo se configura não apenas como uma relevante fonte de receitas externas para economias em distintos níveis de desenvolvimento, mas também como um importante vetor de geração de emprego, renda e riqueza, especialmente naquelas menos desenvolvidas. A indústria do turismo apresenta potencial significativo para fomentar o desenvolvimento econômico e social, sobretudo ao criar oportunidades para segmentos da população com menor inserção no mercado de trabalho e para micro e pequenas empresas. Ademais, o setor pode contribuir para a redução da pobreza em países com baixos níveis de renda per capita e possui capacidade de impactar, de forma direta e indireta, todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme destaca a UNWTO (2023).

Diante da crescente relevância econômica e social do turismo, intensifica-se a necessidade de produção e disseminação de estatísticas e estudos que permitam compreender suas dinâmicas e impactos. No entanto, como ressalta a ONU Turismo (UNWTO, 2010a, p. 9), “o turismo é um fenômeno para o qual a representação estatística tem seus desafios particulares devido à sua natureza especial”. Esses desafios tornam-se ainda mais complexos quando se considera a análise em níveis subnacionais, dadas as limitações na disponibilidade de dados, especialmente aqueles mais desagregados.

No Brasil, os estudos empíricos que focam em análises subnacionais, e mesmo nacionais, predominantemente aplicam a metodologia de decomposição diferencial-estrutural, também conhecida como *shift-share*, e utilizam a variável emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A principal vantagem da RAIS reside na disponibilidade de diversas variáveis com ampla desagregação setorial, ocupacional e geográfica. Entretanto, os dados da RAIS restringem-se ao segmento formal do mercado de trabalho, o que pode constituir uma limitação relevante na utilização dessas informações, especialmente em análises que abrangem atividades econômicas com elevado grau de informalidade. Esse é precisamente o caso do setor turístico, notoriamente caracterizado por uma significativa participação de vínculos informais em suas principais atividades, como alimentação e transporte de passageiros, além de atividades culturais e recreativas. De acordo com dados do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho do Setor de Turismo (SIMT/IPEA), em anos pré-pandêmicos, as ocupações informais representaram 51,2% das ocupações totais do turismo brasileiro em 2019, tendo atingido 58,7% em 2006, no primeiro ano de monitoramento. Essa proporção apresenta grande variabilidade setorial (maior em alimentação e cultura/lazer em oposição ao transporte aéreo, por exemplo) e regional (maior nas regiões Norte e Nordeste na comparação com as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Ademais, a taxa de informalidade do setor turístico é superior à da economia como um todo.

Nesse contexto, uma métrica mais adequada para a análise das atividades turísticas consiste no valor adicionado, um agregado econômico no âmbito do Sistema de Contas Nacionais que indica a renda gerada pelas atividades econômicas e permite identificar a

participação de cada atividade na economia (PIB)¹. Entretanto, sua mensuração no Brasil ainda é limitada. A primeira proposta brasileira de estimação do valor adicionado das atividades turísticas foi do IBGE (2012) para o Brasil com dados para o período 2003-2009. Em termos subnacionais, a primeira contribuição foi da Fundação de Economia e Estatística para o Rio Grande (FEE, 2016) com dados apenas para o ano de 2013. Posteriormente, o indicador passou a ser estimado em Minas Gerais (FJP, 2017), Bahia (SEI, 2021) e Paraná (IPARDES, 2024). Em comum, os indicadores são produzidos exclusivamente por instituições conveniadas ao Sistema de Contas Regionais do IBGE e possuem o mesmo núcleo de grupos de atividades², ainda que com especificidades na definição e escolha das atividades turísticas inseridas no cálculo.

O mais recente indicador estadual de valor adicionado das atividades turísticas foi elaborado em 2025 pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (DEE/SPGG-RS), com dados municipais para o período 2010-2021³ (Torezani, 2025). Além da série histórica compatível com o Sistema de Contas Regionais e seguindo as recomendações internacionais e boas práticas para os fundamentos básicos de um sistema estatístico do turismo, foi mensurado, de forma pioneira, a contribuição econômica da atividade de segundas residências, que consiste naquelas residências não habituais de um indivíduo e que se mostra importante para a realidade turística gaúcha⁴.

Embora existam (poucos) estudos que empregam a metodologia diferencial-estrutural em análises nacionais e subnacionais do setor de turismo, geralmente utilizando a variável emprego formal (Ribeiro; Andrade, 2015; Viana *et al.*, 2020; Ribeiro *et al.*, 2021; Melo; Marini, 2022; Braga; Paula, 2024), até onde se sabe, não existe nenhum voltado especificamente ao Rio Grande do Sul. Adicionalmente, também não se tem conhecimento de aplicações da referida metodologia com dados de valor adicionado do setor de turismo. Nesse contexto, de forma a contribuir com a literatura, o objetivo deste artigo consiste em aplicar a metodologia diferencial-estrutural modificada de Esteban-Marquillas para os dados de valor adicionado das atividades turísticas dos municípios do Rio Grande do Sul no período 2010-2021 e em subperíodos. Em assim procedendo, o artigo se conecta com a literatura de turismo no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, ao cobrir quatro *gaps* identificados na literatura: (i) utiliza uma nova métrica de valor adicionado de atividades turísticas municipais; (ii) lança luz sobre uma atividade turística pouco explorada e dificilmente mensurada na literatura empírica no Brasil, qual seja, a de segundas residências; (iii) incorpora os anos de 2020 e 2021 marcados pela pandemia de Covid-19, contribuindo para uma melhor compreensão dos seus efeitos no turismo gaúcho; e

¹ O PIB consiste no valor adicionado das atividades acrescido dos impostos líquidos de subsídios sobre produtos. O valor adicionado consiste no valor que a atividade agrega aos bens e aos serviços consumidos no seu processo produtivo, sendo também entendido como uma medida da renda gerada no processo que remunera os fatores de produção.

² De forma geral, os grupos de atividades são: alojamento e alimentação; transporte de passageiros; comércio varejista; e outras atividades turísticas (atividades de lazer/recreação, aluguel de bens móveis, agências de viagem, operadores turísticos, etc.).

³ Os dados anuais do SCR são divulgados pelo IBGE com dois anos de defasagem. Em 2024, com dados referentes a 2022, não houve divulgação do PIB dos Municípios, apenas dos PIBs estaduais.

⁴ Essa relevância no contexto do Rio Grande do Sul decorre, conforme destaca Torezani (2025), de uma combinação de características geográficas, urbanas e socioeconômicas: capital não litorânea, porém relativamente próxima ao mar; expressiva população flutuante no Litoral Norte durante o verão; forte expansão imobiliária nessa região nos últimos anos; uso crescente das segundas residências além do período de veraneio; e, em alguns municípios, a presença de segundas residências supera a oferta hoteleira. Adicionalmente, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, seis dos dez municípios com maior percentual de domicílios de uso ocasional estão localizados no Rio Grande do Sul, incluindo os quatro primeiros colocados. Em Arroio do Sal, que lidera o ranking, esse percentual chega a 72,1%.

(iv) complementa as aplicações do método *shift-share* ao estudo de um setor relevante para a economia do Rio Grande do Sul.

Além desta Introdução, o artigo organizado em sete seções: a seção 2 aborda os aspectos conceituais do turismo; a seção 3 apresenta uma breve revisão de estudos que aplicam a metodologia diferencial-estrutural, com ênfase no turismo; a seção 4 descreve a metodologia adotada; a seção 5 detalha a base de dados utilizada; a seção 6 expõe os dados gerais do indicador; a seção 7 analisa os resultados da metodologia; e, por fim, a última seção traz as considerações finais.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DO TURISMO⁵

De acordo com a ONU Turismo (UNWTO, 2010a, p.1), o turismo consiste em um “fenômeno social, cultural e econômico relacionado ao movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual”. Segundo uma perspectiva econômica, o turismo é definido como “as atividades de pessoas identificadas como visitantes”, ao passo que essas atividades “representam as ações e os comportamentos das pessoas na preparação para e durante uma viagem na qualidade de consumidores”. Por sua vez, um visitante “é um viajante que faz uma viagem para um destino principal fora de seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano, para qualquer propósito principal (negócios, lazer ou outro propósito pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade residente no país ou local visitado” (p. 10), isto é, que não seja para o exercício de uma atividade remunerada.

Conforme UNWTO (2010a, p. 2), “como um fenômeno do lado da demanda, a contribuição econômica do turismo tem que ser abordada a partir das atividades dos visitantes e de seus impactos na aquisição de bens e serviços”. Entretanto, na prática, é muito difícil identificar, acompanhar e operacionalizar a mensuração efetiva das despesas desses visitantes a partir das bases de dados disponíveis, especialmente sem uma Conta Satélite do Turismo e quanto menor for o nível geográfico a ser investigado.

Por outro lado, conforme a UNWTO (2010a, p. 2), a contribuição econômica do turismo também pode ser vista pelo lado da oferta, com o turismo sendo entendido como “um conjunto de atividades produtivas que atendem principalmente aos visitantes ou para as quais uma parcela importante de sua produção principal é consumida pelos visitantes”. Assim, o foco recai nas atividades produtivas que fornecem os bens e os serviços que os visitantes adquirem diretamente. Ao admitir o turismo não apenas pelo lado da demanda, mas também pelo lado da oferta, a UNWTO (2010a) reconhece o status do turismo como um setor econômico, o que permite identificar o seu efeito na economia. Dessa forma, é possível mensurar a atividade turística de uma localidade através, entre outras métricas, o valor adicionado no âmbito do Sistema de Contas Nacionais.

Para a mensuração do turismo enquanto atividade econômica, a UNWTO propõe um agrupamento de produtos e atividades resultante de diferentes classificações internacionais que podem ser relacionadas entre si. Com relação aos produtos consumíveis, a UNWTO define três categorias de produtos: duas relacionadas ao turismo (características e conexas), baseadas na importância de sua ligação com ele, e outra não relacionada a ele.

Os **produtos característicos do turismo** (PCTs) são aqueles que satisfazem um ou ambos os seguintes critérios: (i) a despesa turística com o produto deve representar uma parcela significativa do total da despesa turística (condição de participação na demanda); e (ii) a despesa turística com o produto deve representar uma parcela significativa da oferta do produto na economia (condição de participação na oferta). Em outros termos, os PCTs são aqueles que

⁵ Seção baseada em Torezani (2025).

deixariam de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo seria sensivelmente diminuído em caso de ausência de visitantes. Por sua vez, os **produtos conexos ao turismo** são aqueles que podem ser importantes para uma determinada economia (específicos para cada economia), mas que não são para todas elas (como os PCTs), além de não satisfazerem os critérios dos PCTs. Já os **produtos não relacionados ao turismo** são aqueles bens e serviços que não podem ser associados a nenhuma das finalidades explicitamente mencionadas nas categorias anteriores; embora possam ser adquiridos por visitantes, não estão relacionados a viagens e, portanto, são classificados em uma categoria residual. Em termos de atividades econômicas, aquelas que tipicamente produzem PCTs são denominadas **atividades características do turismo** (ACTs).

3 BREVE REVISÃO DE ESTUDOS COM METODOLOGIA *SHIFT-SHARE*

Uma das técnicas mais tradicionais e simples utilizadas em análises econômicas regionais para se estudar os padrões de especialização e crescimento setorial é a decomposição diferencial-estrutural, ou *shift-share*. O método permite descrever o crescimento de determinado indicador de atividade econômica de uma região levando em consideração a dinâmica de sua estrutura produtiva em relação à de uma região de referência. Não se trata de um método de explicação causal, mas apenas de decomposição do crescimento, com caráter descritivo.

A *rationale* dessa decomposição se baseia na premissa de que as diferentes subregiões de uma região possuem idiosincrasias, de modo que os movimentos observados da variável de análise em nível estadual, por exemplo, não são replicados igualmente no nível municipal. Da mesma forma, regiões com estruturas produtivas similares não necessariamente apresentam a mesma dinâmica econômica (Selting; Loveridge, 1992).

Diversos estudos aplicaram a metodologia *shift-share* para entender a dinâmica da economia gaúcha – seja de forma específica, seja também considerando outras Unidades da Federação –, tanto em múltiplos setores simultaneamente (Souza e Souza, 2004; Hersen; Lima, 2011; Fachinelli; Sesso Filho, 2013; Morrone, 2015), quanto em análises de setores específicos, como, por exemplo, o agrícola (Alves, 2005) e a indústria de transformação (Torres *et al.*, 2013). Contudo, a literatura sobre o Rio Grande do Sul ainda encontra uma lacuna relevante no que tange ao setor de turismo, pois ainda não foi realizada uma aplicação sobre a sua dinâmica tendo como referencial o Rio Grande do Sul.

Quando disponíveis, as evidências para o Estado são obtidas dentro do contexto nacional e com uso de dados de emprego formal da RAIS. Por exemplo, Ribeiro *et al.* (2021) utilizaram dados de emprego formal no período de 2012 a 2019 para estudar as atividades características do turismo (ACT) nos estados brasileiros através de métodos empíricos tradicionais de análise regional, em particular o uso de coeficientes locacionais (QL) e do método *shift-share* modificado de Esteban-Marquillas. O estudo mostrou alguns resultados marcantes para o Rio Grande do Sul: o estado apresentou desvantagens competitivas, porém especialização em atividades de alimentação e cultura e lazer; vantagem competitiva e especialização nas atividades alojamento, transporte terrestre e agência de viagem; desvantagem competitiva e não especialização no transporte aquaviário; e vantagem competitiva não especializada em transporte aéreo e aluguel de transporte. De forma secundária, para efeitos de ilustração do impacto da pandemia sobre a atividade turística, o estudo indicou a forte queda das atividades turísticas em 2020 registradas através do IATUR do IBGE. No entanto, não foi realizada análise *shift-share* sobre esse indicador.

A análise *shift-share* continua sendo amplamente explorada na literatura internacional sobre turismo, especialmente com variantes mais aprimoradas (Firgo; Fritz, 2017; Constantino

et al., 2021, por exemplo). Entretanto, no Brasil, os estudos são mais escassos. Sobral *et al.* (2007) utilizaram o *shift-share* na versão de Esteban-Marquillas para estudar as características e dinâmica da indústria do turismo na América do Sul. Especificamente, a análise decompõe o crescimento do número de turistas vindos da Europa, Américas e outras regiões para países da América do Sul. Os países analisados foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela entre 1998 e 2002. O estudo apontou que o Brasil recebe o maior número de turistas internacionais na América do Sul, embora tenha dificuldade em atrair investimentos privados no setor.

De maneira similar, Ribeiro e Andrade (2015) realizaram análise de clusters para estudar regiões com similaridades dos serviços turísticos e usaram a versão *shift-share* de Esteban-Marquillas para identificar regiões com características de competitividade, especialização e dinamismo no emprego formal. A análise foi aplicada para as mesorregiões brasileiras entre 2006 e 2011. Os resultados apontaram que apenas 6,6% das mesorregiões tinham classificação dinâmica e competitiva com efeito alocação positivo. No que tange ao Rio Grande do Sul, o estudo classificou a mesorregião metropolitana de Porto Alegre com desvantagens competitivas com especialização, enquanto as demais tinham desvantagens competitivas, sem especialização.

Também é possível citar outros estudos recentes, como: o de Viana *et al.* (2020), com dados de emprego forma e renda para as cidades históricas de turismo de Minas Gerais entre 2006 e 2016; o de Melo e Marini (2022), com dados de emprego formal para as regiões turísticas do Paraná no período 2013-2019; e o de Braga e Paula (2024), com dados de emprego formal para as cidades turísticas costeiras do Ceará entre 2010 e 2019.

Dessa forma, o presente artigo apresenta caráter inédito ao aplicar o método *shift-share* à análise do valor adicionado das atividades turísticas nos municípios do Rio Grande do Sul, suprimindo lacunas identificadas na literatura, a qual carece de abordagens quantitativas voltadas à dinâmica produtiva do turismo em escala municipal. A próxima seção descreve a metodologia a ser empregada.

4 METODOLOGIA: MÉTODO DIFERENCIAL-ESTRUTURAL MODIFICADO

Desde o trabalho pioneiro de Dunn (1960), o método *shift-share* sofreu diversas reformulações. O modelo clássico pode ser descrito da seguinte maneira (Selting; Loveridge, 1992), tendo como objeto de análise o valor adicionado bruto (VAB)⁶:

$$Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h} = \Delta_h Y_{ij} = NE_{ij} + IM_{ij} + CE_{ij}$$

Y_{ij}^t = VAB no setor i no município j , no período t ;

Y_{ij}^{t-h} = VAB no setor i no município j no período $t - h$;

$NE_{ij} = Y_{ij}^{t-h}(e_{00})$ = efeito do crescimento estadual;

$IM_{ij} = Y_{ij}^{t-h}(e_{i0} - e_{00})$ = efeito do mix setorial ou componente estrutural;

$CE_{ij} = Y_{ij}^{t-h}(e_{ij} - e_{i0})$ = efeito competitivo ou diferencial.

onde:

$$e_{00} = \frac{Y_{00}^t - Y_{00}^{t-h}}{Y_{00}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VAB estadual agregado entre } t - h \text{ e } t;$$

⁶ Os autores utilizam a taxa de variação entre o período t e o período imediatamente anterior, $t-1$. No presente trabalho, utiliza-se uma formulação mais genérica, com a variação do VAB em h anos, entre t e $t-h$.

$$e_{i0} = \frac{Y_{i0}^t - Y_{i0}^{t-h}}{Y_{i0}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VAB estadual no setor } i \text{ entre } t - h \text{ e } t;$$

$$e_{ij} = \frac{Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h}}{Y_{ij}^{t-h}} = \text{taxa de crescimento do VAB do município } j \text{ no setor } i \text{ entre } t - h \text{ e } t.$$

$$Y_{00}^t = \sum_i \sum_j Y_{ij}^t = \text{VAB estadual (todos municípios) total (todos setores) no período } t;$$

$$Y_{i0}^t = \sum_j Y_{ij}^t = \text{VAB estadual no setor } i \text{ no período } t;$$

$$Y_{0j}^t = \sum_i Y_{ij}^t = \text{VAB total (todos municípios) na região } j \text{ no período } t.$$

A partir da decomposição proposta, é possível interpretar os componentes. O efeito do crescimento da economia de referência (no caso, o turismo do estado do Rio Grande do Sul) indica o VAB hipotético que o setor i do município j teria, se o mesmo crescesse à taxa de crescimento da economia estadual. Caso a variação observada no VAB seja maior do que a hipotética, haveria um indicativo da existência de fatores favoráveis atuando no município. Já o efeito mix-setorial ilustra os benefícios, em termos de VAB adicional, que um município obteria por ter uma preponderância de atividades – sua composição estrutural – com crescimento superior à média, em nível estadual. Por exemplo, se um município tivesse sua estrutura produtiva concentrada em uma dada atividade e esta crescesse a taxa superior à da economia gaúcha como um todo, o efeito do mix setorial seria positivo. Por fim, o efeito competitivo ou diferencial é o resíduo da variação do VAB, após a contabilização do efeito regional e do mix setorial; se a economia municipal cresce mesmo após a contabilização desses efeitos, infere-se que haja fatores determinantes únicos àquele município.

A formulação clássica, conforme exposta, é sujeita a uma série de críticas, entre as quais: carência de base teórica; sensibilidade aos pesos escolhidos; e interdependência entre o efeito competitivo e o efeito mix industrial (Selting; Loveridge, 1992). Essa última característica, por exemplo, pode ser ilustrada considerando-se duas regiões A e B e assumindo-se as três hipóteses a seguir: (i) ambas as regiões empregam o mesmo número de pessoas ($Y_{0,j=A}^{t-h} = Y_{0,j=B}^{t-h}$), (ii) ambas as regiões apresentam a mesma taxa de crescimento para o setor i ($e_{i,j=A} = e_{i,j=B}$), mas (iii) o emprego no setor i da região A difere do emprego no setor i na região B ($Y_{i,j=A}^{t-h} \neq Y_{i,j=B}^{t-h}$). Nesse caso, o efeito competitivo para o setor i nessas regiões será, $CE_{i,j=A} = Y_{i,j=A}^{t-h} (e_{i,j=A} - e_{i0})$ para a região A e $CE_{i,j=B} = Y_{i,j=B}^{t-h} (e_{i,j=B} - e_{i0})$ para a região B , de modo que $CE_{i,j=A} \neq CE_{i,j=B}$. No entanto, regiões com determinado setor crescendo a taxas semelhantes deveriam ter vantagens comparativas parecidas, conforme a definição do efeito competitivo. Contudo, o montante de emprego acaba determinando tanto o efeito mix setorial quanto o efeito competitivo.

Para contornar o problema, Esteban-Marquillas (1972) propôs uma reformulação do modelo clássico, ao reescrever o efeito competitivo como função de um novo conceito – o VAB homotético (Y_{ij}^*) – e introduzir um quarto efeito, o efeito alocação (AE_{ij}). O VAB homotético pode ser conceituado como aquele que o setor i do município j teria se esse município e a região de referência (no nosso caso, o Estado do Rio Grande do Sul), tivessem exatamente a mesma estrutura setorial, ou seja, a mesma participação de cada setor no total do VAB. Por exemplo, se em um ano hipotético o VAB do turismo gaúcho correspondesse a 15% do VAB total do Rio Grande do Sul e o VAB total de Porto Alegre fosse de R\$ 100,00, então o VAB homotético do turismo de Porto Alegre seria de R\$ 15,00. Generalizando matematicamente pode-se definir o VAB homotético E_{ij}^{*t-h} no período $t - h$ como:

$$Y_{ij}^{*t-h} = Y_{0j}^{t-h} \frac{Y_{i0}^{t-h}}{Y_{00}^{t-h}}$$

O novo modelo pode, então, ser escrito da seguinte forma:

$$Y_{ij}^t - Y_{ij}^{t-h} = \Delta_h Y_{ij} = NE_{ij} + IM_{ij} + CE_{ij}^* + AE_{ij}$$

Diferente da formulação anterior:

Y_{ij}^{*t-h} = VAB homotético no setor i no município j no tempo $t - h$;

$CE_{ij}^* = Y_{ij}^{*t-h}(e_{ij} - e_{i0})$ = Efeito Competitivo Homotético;

$AE_{ij} = (Y_{ij}^{t-h} - Y_{ij}^{*t-h})(e_{ij} - e_{i0})$ = Efeito Alocação.

Conforme visto acima, o efeito alocação é o produto de dois fatores. O primeiro, $(Y_{ij}^{t-h} - Y_{ij}^{*t-h})$, se refere ao efeito especialização, enquanto $(e_{ij} - e_{i0})$ diz respeito ao efeito vantagem competitiva. Caso o VAB do município no setor i seja maior que seu VAB homotético, o mesmo é classificado como especializado naquele setor. De forma semelhante, caso o crescimento do setor i no município j seja superior ao observado no mesmo setor na região de referência, caracteriza-se a vantagem competitiva do município naquele setor. Seguindo Haddad (1989), a Tabela 1 resume as classificações possíveis a partir dos sinais dos componentes do efeito alocação.

Tabela 1 – Classificação dos possíveis resultados do efeito alocação

Classificação	Efeito Alocação	Componentes	
		Especialização	Vantagem Competitiva
Especialização com vantagem competitiva	+	+	+
Não-especialização com vantagem competitiva	-	-	+
Não-especialização com desvantagem competitiva	+	-	-
Especialização com desvantagem competitiva	-	+	-

Fonte: Haddad (1989).

No presente artigo, adota-se o valor adicionado das atividades turísticas como variável de análise, em substituição ao emprego formal tradicionalmente utilizado na literatura, com o objetivo de captar de forma mais abrangente a dinâmica econômica do setor. A próxima seção discorre sobre a base de dados utilizada.

5 BASE DE DADOS: INDICADOR DE VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS DO RIO GRANDE DO SUL⁷

O valor adicionado bruto das atividades características do turismo (VAB das ACTs) é um dos agregados econômicos que caracterizam a magnitude do turismo em uma economia do ponto de vista da oferta, mensurando a contribuição dessas atividades para a oferta agregada de bens e serviços de uma economia. O referido agregado se apresenta como uma medida econômica relevante, sobretudo na falta de um sistema de estatística integrado, como a Conta Satélite do Turismo, ou de pesquisas que definam o consumo específico dos visitantes (ótica da demanda).

O indicador foi desenvolvido pelo DEE/SPGG-RS para o Estado e para cada um dos seus 497 municípios, abrangendo o período anual de 2010 a 2021 pela disponibilidade de dados do SCR/IBGE. O valor adicionado a preços básicos e corrente. O indicador estadual está disponibilizado em cinco grupos de atividades, quais sejam: (1) comércio varejista; (2)

⁷ Para maiores detalhes sobre a metodologia do indicador, ver Torezani (2025).

alojamento e alimentação; (3) transporte de passageiros; (4) segundas residências; e (5) outras atividades turísticas. A lista com todas as atividades identificadas como características do turismo encontra-se em Anexo.

De forma sumária, o indicador foi construído a partir da definição das subclasses da CNAE 2.0 identificadas como ACTs com base nas recomendações e critérios definidos pela UNWTO (2010a). Optou-se em focar nas atividades que atendem diretamente os visitantes, desconsiderando aquelas com ligações mais indiretas (ou menos “intensivas em turismo”), como as de transporte municipal (associado aos trabalhadores residentes), as de gestão (como as de espaços para atividades artísticas e de instalações de esportes) e as de lazer, esportivas e artísticas rotineiras mais associadas à atividade do não visitante (como casas de bingo, clubes sociais e esportivos, discotecas, exploração de boliche, sinuca e jogos de recreação).

Além das ACTs tradicionalmente associadas a viagens (alojamento, alimentação, transporte de passageiros, aluguel de automóvel, organização de viagens etc.), outras duas foram consideradas no cômputo do indicador seguindo as recomendações da UNWTO (2010a; 2010b). A primeira é o comércio varejista, única ACT relacionada a bens, considerando os bens de consumo duráveis tipicamente adquiridos por visitantes durante viagens (suvenires, bijuterias e artesanatos) e antes das viagens (artigos de viagem, de caça, de pesca e de camping). A outra ACT diz respeito às segundas residências. Diferentemente da despesa turística, o consumo turístico não se restringe a transações monetárias, mas também abrange alguns tipos de imputações, como é o caso das moradias de uso próprio. Conforme recomenda o Sistema de Contas Nacionais (SNA 2008), um valor deve ser imputado a todas as moradias ocupadas e usadas por seus proprietários, dado que a aquisição de uma moradia (seja ela principal, seja ela secundária) é considerada parte da formação bruta de capital fixo das famílias. A consideração das segundas residências como ACT se deu com base em informações dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 do IBGE sobre os domicílios particulares permanentes de uso ocasional e do SCR/IBGE sobre o aluguel imputado, além de informações de consumo de energia elétrica residencial.

Os procedimentos para a mensuração do VAB das ACTs para o Estado do Rio Grande do Sul foram realizados em duas etapas. Na primeira etapa, foram utilizadas informações do SCR, do convênio entre o DEE/SPGG-RS e o IBGE. Como os dados de VAB das atividades econômicas do SCR não possuem uma desagregação setorial que possibilite a identificação das ACTs (classes CNAE 2.0), foram utilizados os pesos de cada uma das classes definidas como ACTs, calculados com base nas pesquisas estruturais anuais do IBGE no total da atividade SCR correspondente, para obter o VAB de cada uma das ACTs.

Na segunda etapa do trabalho, foram usadas, quando necessário, informações de massa salarial de subclasses da RAIS para calcular o peso de cada subclasse considerada ACT nas suas respectivas classes nos casos em que havia pelo menos uma subclasse não vinculada conceitualmente como ACT na classe da CNAE.

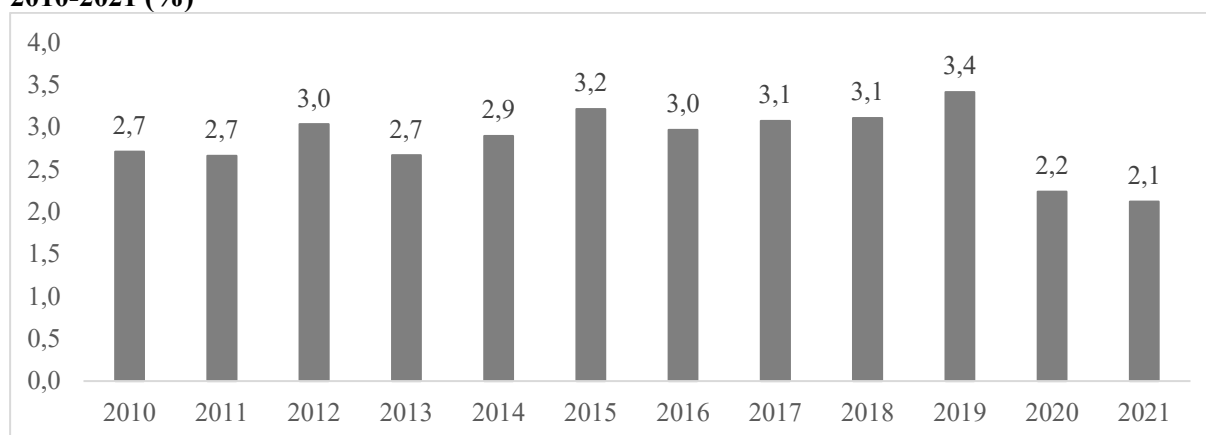
O processo de estimação do VAB das ACTs no nível municipal é análogo ao realizado pelo IBGE no cálculo do PIB dos Municípios, que distribui o VAB a preços básicos das atividades econômicas obtido pelo SCR de cada unidade da Federação entre seus respectivos municípios, com base em um conjunto de indicadores de diversas fontes escolhidos para esse fim. Isso garante que a soma do VAB de cada município seja igual ao VAB total do Estado. Assim, em uma abordagem “de cima para baixo”, distribuiu-se o VAB de cada uma das ACTs estimado para o Rio Grande do Sul entre os 497 municípios gaúchos, com base em critérios setoriais de rateio específicos, alguns deles idênticos aos utilizados pelo IBGE, e outros, diferentes, com o intuito de aproximá-los à finalidade de retratarem conceitualmente e com maior representatividade uma ACT no nível municipal. Os valores divulgados de cada um dos cinco grupos de ACTs foram distribuídos considerando uma maior desagregação setorial (21 atividades/subatividades).

Para a aplicação do *shift-share*, faz-se necessário utilizar informações a preços constantes para eliminar a inflação no período. Entretanto, não existem informações municipais de volume ou preço no Sistema de Contas Regionais no Brasil, apenas informações estaduais. Assim, foi utilizado os dados do DEE/SPGG-RS, no âmbito do convênio com o SCR/IBGE, para construir deflatores setoriais do Estado, tendo como ano base 2021, e aplicou-os, setorialmente, nos dados de cada município. Assim, chegou-se a séries de cinco grupos de atividades (e o total) para cada um dos 497 municípios gaúchos.

6 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO INDICADOR

A participação das atividades turísticas no valor adicionado total do Rio Grande do Sul apresentou uma trajetória de crescimento entre 2010 e 2019, evoluindo de 2,7% no início da série histórica para 3,4% em 2019, o maior percentual registrado. No entanto, em 2021, em decorrência dos impactos provocados pela pandemia de Covid-19, observou-se uma retração significativa, com o indicador atingindo o menor nível da série histórica (Gráfico 1). Esse comportamento reflete a sensibilidade do setor turístico a choques externos, especialmente aqueles associados a restrições de mobilidade e medidas sanitárias adotadas durante o período pandêmico.

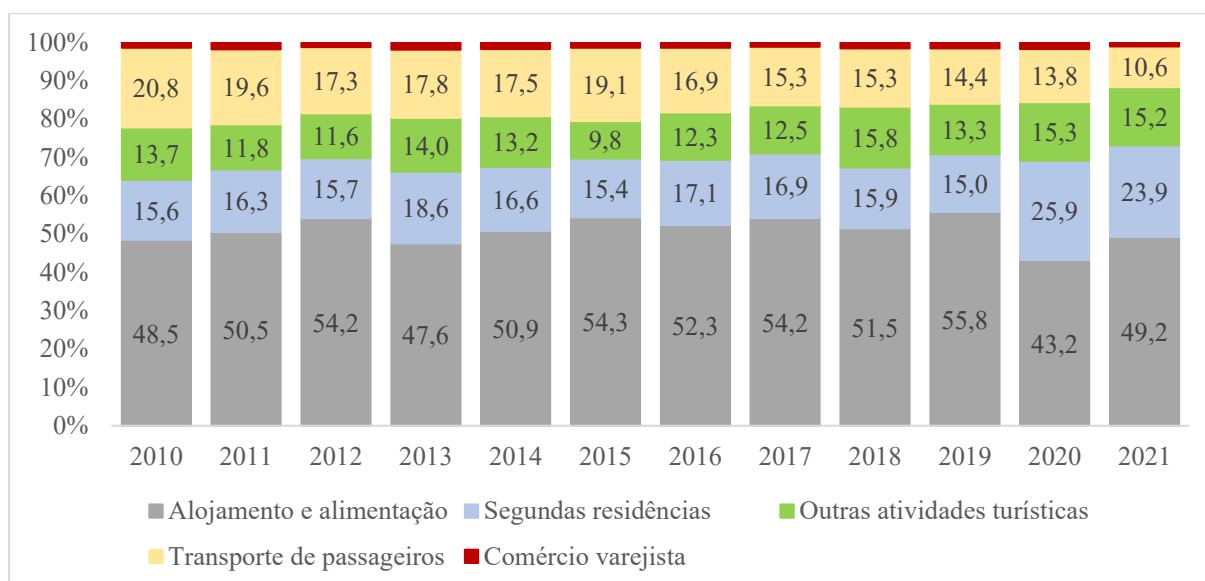
Gráfico 1 – Participação das atividades turísticas no valor adicionado total do Rio Grande do Sul, 2010-2021 (%)



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

Do ponto de vista setorial, a atividade de alojamento e alimentação se destaca como a principal responsável pela geração de valor adicionado turístico, respondendo por mais da metade do total em diversos anos da série analisada. Na sequência, sobressaem-se os serviços de transporte de passageiros, cuja participação apresentou queda significativa durante os anos de pandemia. Por outro lado, as segundas residências ampliaram sua representatividade no mesmo período, possivelmente em função da busca por locais alternativos de permanência durante as restrições de mobilidade. As “outras atividades turísticas” mantiveram participação relevante, ainda que inferior, enquanto o comércio varejista demonstrou contribuição bastante reduzida ao longo de toda a série (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação setorial no valor adicionado das atividades turísticas, 2010-2021 (%)



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

No que se refere à distribuição municipal, em termos absolutos, o município de Porto Alegre se destaca como o principal gerador de valor adicionado turístico no Rio Grande do Sul, reflexo de sua dimensão populacional, infraestrutura e oferta de serviços. Na sequência, figuram predominantemente municípios de maior porte populacional, embora destinos turísticos consolidados como Gramado, Canela, Bento Gonçalves e municípios do Litoral Norte também integrem consistentemente as quinze primeiras posições do ranking estadual (Tabela 2). No entanto, ao considerar a participação das atividades turísticas no valor adicionado total de cada município, observa-se uma dinâmica distinta. Nesse recorte relativo, destacam-se, sobretudo, Gramado e os municípios litorâneos, que apresentam elevada dependência econômica do turismo (Tabela 3). A Figura 1 ilustra, em perspectiva espacial, os resultados apresentados na Tabela 3 para os 497 municípios do Rio Grande do Sul, referentes aos anos de 2010 (início da série histórica), 2019 (último ano pré-pandemia) e 2021 (ano mais recente disponível).

Tabela 2 – Ranking dos 15 maiores municípios turísticos em termos absolutos, 2010, 2019 e 2021

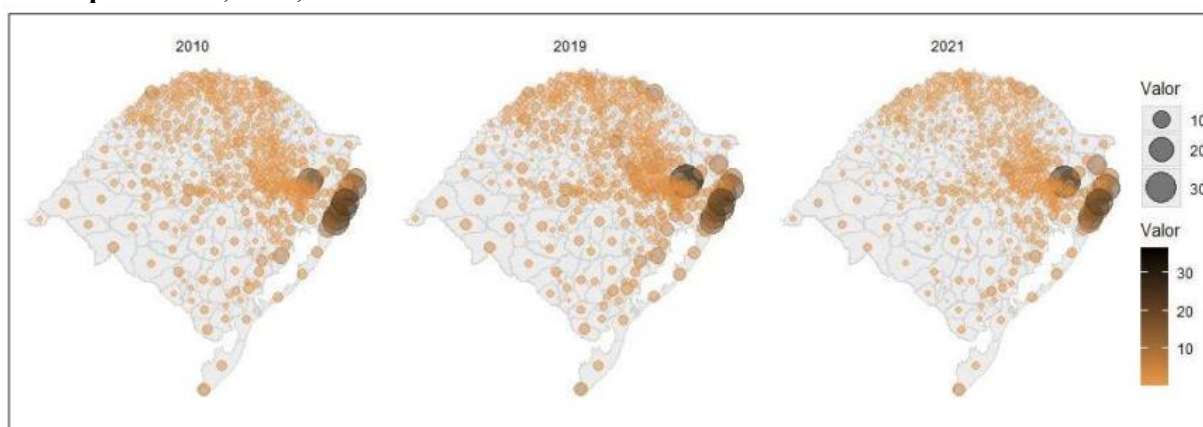
Ordem	2010				2019				2021			
	Município	R\$ milhões	% no RS	Município	R\$ milhões	% no RS	Município	R\$ milhões	% no RS			
1	Porto Alegre	1.707	30,6	Porto Alegre	3.908	27,3	Porto Alegre	2.087	19,6			
2	Caxias do Sul	287	5,2	Gramado	744	5,2	Gramado	772	7,3			
3	Canoas	176	3,2	Caxias do Sul	732	5,1	Caxias do Sul	512	4,8			
4	Gramado	168	3,0	Canoas	404	2,8	Canoas	272	2,6			
5	Santa Maria	142	2,5	Pelotas	366	2,5	Santa Maria	261	2,5			
6	Pelotas	129	2,3	Santa Maria	362	2,5	Pelotas	248	2,3			
7	Novo Hamburgo	128	2,3	Passo Fundo	321	2,2	Capão da Canoa	247	2,3			
8	Capão da Canoa	103	1,8	Novo Hamburgo	321	2,2	Novo Hamburgo	215	2,0			
9	Passo Fundo	99	1,8	Capão da Canoa	247	1,7	Passo Fundo	211	2,0			
10	Rio Grande	95	1,7	Rio Grande	244	1,7	Bento Gonçalves	189	1,8			
11	São Leopoldo	88	1,6	Bento Gonçalves	231	1,6	Rio Grande	179	1,7			
12	Bento Gonçalves	84	1,5	São Leopoldo	214	1,5	Canela	177	1,7			
13	Santa Cruz do Sul	82	1,5	Santa Cruz do Sul	211	1,5	Gravataí	159	1,5			
14	Gravataí	73	1,3	Gravataí	198	1,4	Xangri-lá	155	1,5			
15	Tramandaí	71	1,3	Canela	173	1,2	Santa Cruz do Sul	152	1,4			

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

Tabela 3 – Ranking dos 15 maiores municípios turísticos em termos relativos, 2010, 2019 e 2021

Ordem	2010		2019		2021	
	Município	%	Município	%	Município	%
1	Balneário Pinhal	24,4	Gramado	36,8	Gramado	33,3
2	Xangri-lá	24,3	Xangri-lá	23,9	Arroio do Sal	24,5
3	Imbé	24,2	Arroio do Sal	23,8	Xangri-lá	23,4
4	Arroio do Sal	23,6	Imbé	22,7	Imbé	20,8
5	Cidreira	23,5	Cidreira	19,9	Cidreira	18,7
6	Gramado	21,4	Balneário Pinhal	19,1	Balneário Pinhal	15,9
7	Capão da Canoa	17,1	Capão da Canoa	16,5	Capão da Canoa	13,9
8	Tramandaí	15,9	Canela	15,0	Tramandaí	13,2
9	Torres	12,7	Tramandaí	14,5	Canela	12,3
10	Palmares do Sul	10,8	Torres	12,1	Cambará do Sul	12,3
11	Canela	10,8	Cambará do Sul	10,1	Torres	10,6
12	Arambaré	8,4	Machadinho	9,7	Pouso Novo	5,7
13	Porto Mauá	5,7	Arambaré	8,2	Nova Petrópolis	5,6
14	Marcelino Ramos	5,7	Palmares do Sul	7,7	Palmares do Sul	5,6
15	Terra de Areia	5,2	Nova Petrópolis	6,6	Machadinho	5,4

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

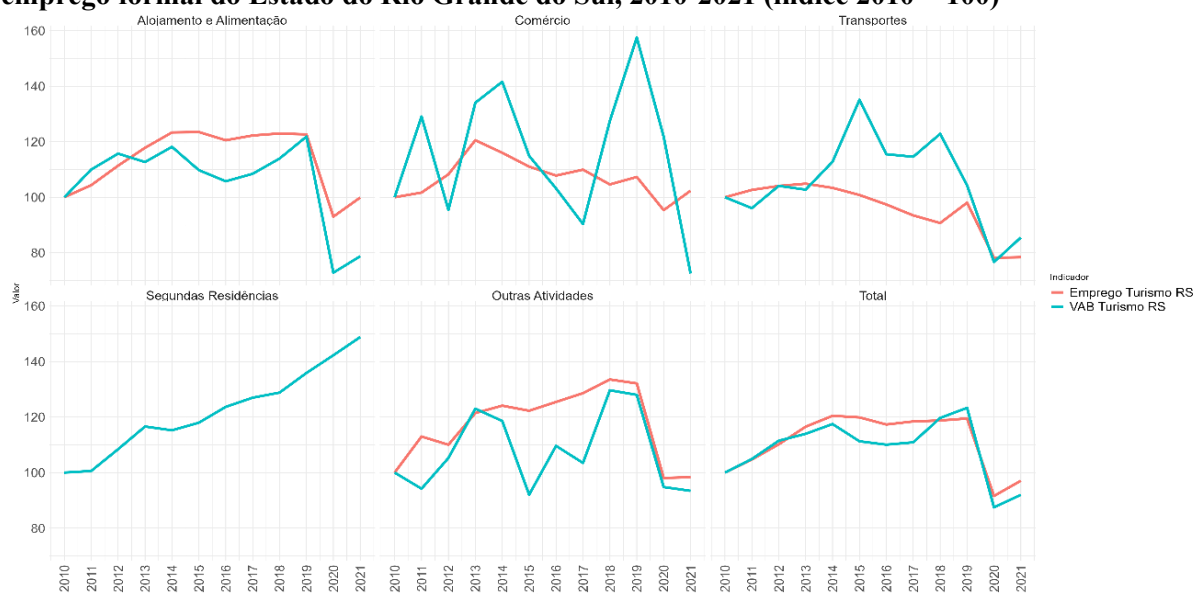
Figura 1 – Participação percentual das atividades turísticas no valor adicionado total dos municípios do RS, 2010, 2019 e 2021

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS.

Por fim, é interessante comparar os dados de valor adicionado das atividades turísticas, agora a preços constantes, com os dados de emprego formal (Figura 2), tradicionalmente utilizados em análises do tipo *shift-share*. De modo geral, observa-se uma correspondência nas tendências setoriais entre as duas variáveis ao longo do período analisado. No entanto, em determinados recortes temporais, identificam-se divergências significativas entre as séries. Em contrapartida, quando considerado o agregado das atividades turísticas, as discrepâncias entre as séries de valor adicionado e de emprego formal são menos pronunciadas, sugerindo uma maior convergência no comportamento agregado do setor.

A inspeção visual das séries também permite evidenciar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o setor. Todas as atividades em 2019, com exceção de transportes, estavam em níveis superiores aos observados em 2010, quando mensuradas pelo VAB ou pelo emprego. Contudo, a recessão desencadeada pela pandemia levou a quedas significativas nestes dois indicadores, das quais o setor ainda não havia se recuperado em 2021.

Figura 2 – Evolução do valor adicionado das atividades turísticas, a preços constantes, e do emprego formal do Estado do Rio Grande do Sul, 2010-2021 (índice 2010 = 100)



Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS e RAIS/MTE.

A Tabela 4 exibe algumas estatísticas descritivas referentes a esses indicadores. Observa-se que no período 2010-2021, de maneira geral, tanto o VAB quanto o emprego formal do turismo apresentaram retração, reflexo direto dos efeitos da pandemia, como observado anteriormente. Isso ocorreu em todas as atividades turísticas, exceto Segundas Residências, que cresceu quase 50% no VAB, e Comércio Varejista, que foi a única atividade turística a apresentar expansão, ainda que tímida, no emprego. Ademais, as quedas registradas foram mais pronunciadas no VAB do que no emprego formal, ressaltando-se a atividade de Transporte de Passageiros. A volatilidade do VAB – medida pelo desvio padrão da taxa de crescimento anual – também foi mais alta no período, o que poderia ser explicado, por exemplo, pela maior rigidez na capacidade de ajuste no emprego setorial diante de choques macroeconômicos, tendo em vista os altos custos de contratação e demissão de mão de obra, sobretudo em se tratando do trabalho formal.

Tabela 4 - Taxa de crescimento acumulado, média, mediana e desvio padrão entre 2010 e 2021 do emprego e do VAB do turismo no Estado do Rio Grande do Sul

Variável	Métrica	Atividades turísticas (em %)					Total
		Comércio varejista	Alojamento e alimentação	Transporte de passageiros	Segundas residências	Outras atividades	
Valor Adicionado	Crescimento acumulado 2010-21	-27,5	-21,2	-14,5	48,8	-6,6	-8,0
	Média crescimento anual	-2,9	-2,2	-1,4	3,6	-0,6	-0,8
	Desvio padrão crescimento anual	28,9	17,2	14,5	2,7	16,8	11,7
Emprego formal	Crescimento acumulado 2010-21	2,4	-0,1	-21,6	-	-1,7	-2,9
	Média crescimento anual	0,2	0,0	-2,2	-	-0,2	-0,3
	Desvio padrão crescimento anual	6,5	9,7	7,6	-	10,9	9,2

Fonte dos dados brutos: DEE/SPGG-RS e RAIS/MTE.

Os padrões observados nas séries de VAB do turismo no Estado refletem o comportamento das atividades de seus municípios. Contudo, em escala municipal, as diferenças entre as séries agregadas do VAB e do emprego formal podem ser substanciais, o que evidencia a importância de abordagens analíticas que contemplem a totalidade da economia, incluindo tanto o segmento formal quanto o informal, especialmente em setores com elevada heterogeneidade e informalidade como o turismo. A próxima seção apresenta os resultados da

decomposição da variação do valor adicionado das atividades turísticas nos municípios do Rio Grande do Sul, com base na aplicação da metodologia diferencial-estrutural modificada.

7 RESULTADOS DO *SHIFT-SHARE* PARA OS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

A análise *shift-share* do VAB em nível municipal permite evidenciar, dentre os municípios gaúchos, quais possuem especialização ou vantagem competitiva, em cada uma das atividades turísticas. Diferentemente dos dados de contagem de emprego formal, que representam variáveis discretas, o VAB caracteriza-se como variável contínua. No caso particular do indicador de VAB de Torezani (2025), todos os 497 municípios possuem valores diferentes de zero, não havendo, portanto, indeterminação no cômputo das taxas de crescimento, diferentemente do que ocorre com o emprego em municípios pequenos, onde certas atividades podem não conter registros de trabalho formal.⁸

A Figura 3 e a Tabela 5 exibem os resultados do efeito alocação no período completo para o qual a série de VAB se encontra disponível (2010-2021).

Figura 3 - Componente Alocativo do setor de Turismo por atividade e município do Rio Grande do Sul (2010-2021)



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5 – Número e percentual de municípios por resultado do componente alocativo, 2010-2021

Componente Alocativo	Alojamento e Alimentação		Comércio		Outras Atividades		Segundas Residências		Transportes	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
	Esp. com desv. compet.	46	9,3	47	9,5	196	39,4	55	11,1	186
Esp. com vant. compet.	77	15,5	35	7,0	55	11,1	186	37,4	199	40,0
Não-esp. com desv. compet.	109	21,9	152	30,6	144	29,0	20	4	45	9,1
Não-esp. com vant. compet.	264	53,1	262	52,7	101	20,3	235	47,3	66	13,3

⁸ O município de Pinto Bandeira foi fundado em 2013 com a emancipação a partir do município de Bento Gonçalves. Por isso foi classificado no componente alocativo apenas na análise dos anos de 2019 a 2021.

No setor de Alojamento e alimentação há uma predominância de municípios não-especializados (75%). No entanto, 53% dos municípios, embora não especializados, demonstraram, nesse setor, crescimento mais rápido do que na média do Estado. Apenas 24% dos municípios foram identificados como especializados, tendo 15,5% deles também vantagem competitiva. Esses casos estão dispersos pelo Estado, havendo uma frequência mais alta na região metropolitana de Porto Alegre, Serra Gaúcha, e Região dos Vales.

O Comércio varejista, além de ter a menor participação entre as atividades turísticas, apresentou o menor percentual de municípios especializados com vantagem competitiva (apenas 7%). Apesar de esses casos também serem representados por municípios em diferentes partes do Estado, como as regiões da Serra (Nova Petrópolis, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Bento Gonçalves, dentre outros) e dos Campos de Cima da Serra (como São Francisco de Paula e Cambará do Sul), destacam-se também os casos de alguns municípios da fronteira, como, por exemplo, Chuí, Jaguarão, Quaraí e Uruguaiana. Apesar de relativamente menos consolidados no turismo regional, um fator que pode ajudar a explicar essa performance dos municípios no setor são os *free-shops* instalados entre os lados brasileiro e uruguaio.

Já os setores de Transporte de passageiros, Segundas residências e Outras atividades turísticas mostraram maior grau de especialização entre os municípios gaúchos. Metade dos municípios mostrou-se especializada em Outras atividades turísticas, mas apenas 11% tiveram vantagem competitiva. São atividades relacionadas a aluguel de bens móveis, organização de viagens e eventos, bem como artes e recreação. Os municípios especializados concentram-se, sobretudo, na região norte gaúcha.

No setor de Transporte de passageiros, quase 80% dos municípios foram enquadrados como especializados; desses, metade teria vantagem competitiva. No entanto, uma vez que essa atividade, para fins turísticos, se restringe a poucas CNAEs, a explicação para essa abrangência poderia estar relacionada à multiplicidade da matriz de transportes do Estado.

No caso de Segundas residências, cerca de metade dos municípios foi classificado como especializado, sendo quase 40% com vantagem competitiva. Esses municípios estão em diferentes regiões, destacando-se na porção centro-sul do Estado e nas regiões da Serra e dos Vales e, principalmente, no Litoral Norte Gaúcho. De acordo com dados do Censo Demográfico, o número de segundas residências nos 23 municípios do Litoral Norte passou de 134.490 para 174.753 entre 2010 e 2022⁹. A relevância da região também é significativa no cenário nacional. Abrahão e Tomazzoni (2018), por exemplo, apontam que Torres, Capão da Canoa e Tramandaí estão entre os destinos litorâneos de categoria A e B¹⁰, segundo o Ministério do Turismo. Essa classificação traduz indicadores relevantes de atividades turísticas, como volume de empregos e de estabelecimentos hoteleiros formalizados, assim como fluxos de turistas nacionais e internacionais. A referida classificação foi recentemente atualizada, os municípios de Torres e Capão da Canoa passaram a ser categorizados como “municípios turísticos”, enquanto Tramandaí não recebeu classificação. No presente artigo, esses três municípios foram classificados com especialização em segundas residências, porém sem vantagens competitivas.

Embora o estudo realizado para o período de 2010 a 2021 evidencie alguns resultados importantes para se entender o cenário das atividades turísticas gaúchas no âmbito municipal,

⁹ Os 23 municípios considerados foram: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

¹⁰ O Ministério do Turismo recentemente reformulou a classificação dada aos municípios no Mapa do Turismo. As novas categorias são representadas agora por: (1) município turístico, (2) município com oferta turística complementar e (3) município de apoio ao turismo. As antigas classes A e B tornaram-se classificação 1, as C e D viraram a classificação 2, enquanto a classe E transformou-se na classificação 3. Para mais informações, ver Mapa do Turismo. Disponível em < <https://www.mapa.turismo.gov.br/>>. Acesso em 24 de julho de 2025.

é importante aferir a consistência de tais resultados. Diante das evidências fornecidas pela inspeção visual das séries temporais de que o início da pandemia representou uma atipicidade no comportamento do VAB a preços constantes em diversas atividades turísticas do Estado, optou-se por conduzir novamente a análise *shift-share* para os subperíodos 2010-2019 (antes da pandemia), e 2019-2021 (durante a pandemia). A Tabela 6 mostra o percentual de municípios que trocou ou manteve sua classificação entre os dois períodos.

Tabela 6 – Percentual de municípios com alteração de classificação na análise *shift-share* entre os subperíodos 2010-2019 e 2019-2021

Mudanças de classificação	Alojamento e Alimentação	Comércio varejista	Outras Atividades	Segundas Residências	Transporte de passageiros
Esp. com desv. compet. → sem alteração	2,2	3,0	4,8	6,7	11,5
Esp. com desv. compet. → Esp. com vant. compet.	4,4	1,8	4,4	2,2	26,0
Esp. com desv. compet. → Não-esp. com desv. compet.	0,8	1,6	4,2	1,0	2,4
Esp. com desv. compet. → Não-esp. com vant. compet.	4,4	3,6	30,6	0,2	5,4
Esp. com vant. compet. → Esp. com desv. compet.	4,4	1,4	4,2	10,7	11,7
Esp. com vant. compet. → sem alteração	6,9	4,0	1,4	25,4	16,9
Esp. com vant. compet. → Não-esp. com desv. compet.	0,4	0,4	0,4	1,2	1,0
Esp. com vant. compet. → Não-esp. com vant. compet.	1,2	0,6	0,4	1,2	2,6
Não-esp. com desv. compet. → Esp. com desv. compet.	0,4	0,0	0,2	0,2	0,0
Não-esp. com desv. compet. → Esp. com vant. compet.	1,2	0,0	0,0	0,0	0,6
Não-esp. com desv. compet. → sem alteração	5,0	10,3	6,7	2,4	4,4
Não-esp. com desv. compet. → Não-esp. com vant. compet.	26,8	32,9	26,6	0,6	4,0
Não-esp. com vant. compet. → Esp. com desv. compet.	4,2	3,0	5,6	3,6	1,0
Não-esp. com vant. compet. → Esp. com vant. compet.	5,6	3,0	2,2	15,5	1,2
Não-esp. com vant. compet. → Não-esp. com desv. compet.	9,7	9,1	5,0	9,7	3,4
Não-esp. com vant. compet. → sem alteração	22,2	25,2	3,0	19,4	7,7

Nota: O total das colunas pode não ser igual a 100% por conta de arredondamento.

Alguns resultados relevantes podem ser apontados. Em primeiro lugar, a atividade de Segundas residências mostrou-se mais estável do que os demais. O percentual de municípios que manteve a mesma categoria entre os dois períodos foi de 36,3% no setor de Alojamento e alimentação, 42,5% no Comércio varejista, 15,9% em Outras atividades turísticas, 53% em Segundas Residências e 40,5% em Transportes. Nas atividades Alojamento e alimentação, Comércio varejista e Outras atividades turísticas, cerca de 30% dos municípios transitaram entre não especializados com desvantagem competitiva na análise do primeiro subperíodo (2010-2019) para não especializados com vantagem competitiva durante a pandemia. Na atividade Segundas residências, predominam municípios com especialização e vantagem competitiva nos dois subperíodos, enquanto na atividade de Transporte de passageiros a maior frequência foi notada na transição entre especialização com desvantagem competitiva para especialização com vantagem competitiva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no novo indicador de valor adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul, elaborado pelo DEE/SPGG-RS (Toresani, 2025) para o período de 2010 a 2021, este artigo aplicou o método diferencial-estrutural modificado de Esteban-Marquillas com o objetivo de analisar a dinâmica do setor em escala municipal. A adoção do valor adicionado como variável de análise representa um avanço em relação à abordagem predominante na literatura nacional, centrada quase exclusivamente nos dados de emprego formal. O indicador utilizado, construído no âmbito do Sistema de Contas Regionais, incorpora tanto a renda gerada por trabalhadores formais quanto informais – estes últimos particularmente expressivos no setor turístico – além de incluir, pela primeira vez de forma sistemática e seguindo as boas práticas

internacionais, a atividade de segundas residências, que até então não havia sido devidamente mensurada e analisada. Este estudo configura-se como a primeira aplicação da metodologia diferencial-estrutural ao turismo no contexto gaúcho e, de forma inédita em âmbito nacional, no uso do valor adicionado como métrica principal de análise em substituição ao emprego formal, tradicionalmente utilizado nesse tipo de investigação.

O estudo apresentou alguns resultados do indicador de valor adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul (Torezani, 2025), destacando as principais atividades e municípios do setor turístico gaúcho. Adicionalmente, conduziu-se uma análise exploratória original das características do valor adicionado das atividades turísticas, evidenciando: (i) a consistência entre esse indicador de atividade econômica e o emprego formal no período 2010-2021, em que ambos mostraram uma retração da atividade turística no Rio Grande do Sul, ocasionada, sobretudo, pela pandemia de Covid-19; e (ii) as idiosincrasias de cada um desses indicadores, notoriamente, a maior volatilidade do valor adicionado. A análise *shift-share* empreendida no nível municipal quantificou e identificou os municípios que apresentaram especialização (ou não-especialização) e (des)vantagens competitivas em cada uma das atividades turísticas, levantando hipóteses, por exemplo, sobre o papel dos *free-shops* na performance do comércio em municípios de fronteira e destacando o Litoral Norte do estado como destino turístico, onde diversos municípios apresentaram especialização em segundas residências. Além disso, tendo em vista o forte choque da pandemia sobre o setor, optou-se também por estudar a robustez dos resultados, segregando a análise em dois subperíodos (2010-19 e 2019-21). Os resultados apontaram maior consistência, medida pelo percentual de municípios que mantiveram a classificação entre os dois subperíodos, na atividade de segundas residências e menor na atividade de comércio varejista.

Por fim, conforme é amplamente conhecido na literatura, a metodologia *shift-share*, apesar de útil para ajudar a identificar as atividades com maior e menor dinamismo, contribuindo com o diagnóstico setorial e regional, apresenta algumas limitações, entre as quais a ausência de explicação causal. Trabalhos futuros podem explorar os achados deste artigo com metodologias mais robustas, de modo a identificar os fatores causais que possam ajudar a explicar os resultados, refinando o conhecimento sobre a dinâmica do turismo no Rio Grande do Sul para diferentes interessados, entre os quais gestores públicos, investidores, pesquisadores e, mesmo, turistas.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, p. 80-101, 2018.
- AHMAD, N.; MENEGAKI, A. N.; AL-MUHARRAMI, S. Systematic literature review of tourism growth nexus: an overview of the literature and a content analysis of 100 most influential papers. **Journal of Economic Surveys**, v. 34, n. 5, p. 1068-1110, 2020.
- ALVES, T. W. Reestruturação da produção agrícola no Rio Grande do Sul, de 1970 a 1996 e uma estimativa para 2012. **Análise Econômica**, v. 23, n. 44, p. 5-29, 2005.
- BRAGA, F. L. P.; PAULA, D. P. de. Sol, praia, mar, vento e trabalho: caracterização produtiva das cidades turísticas costeiras do Ceará-Brasil entre 2010 e 2019. **Finisterra**, v. 59, n. 127, 2024.

COSTANTINO, S.; CRACOLICI, M. F.; PIACENTINO, D. A new spatial shift-share decomposition: an application to tourism competitiveness in Italian regions. **Geographical Analysis**, v. 52, n. 2, p. 708-735, 2021.

DUNN JR, E. S. A statistical and analytical technique for regional analysis. **Papers in Regional Science**, v. 6, n. 1, p. 97-112, 1960.

ESTEBAN-MARQUILLAS, J. M. I. A reinterpretation of shift-share analysis. **Regional and Urban Economics**, v. 2, n. 3, p. 249-255, 1972.

FACHINELLI, A. dos S.; SESSO FILHO, U. A. O método diferencial-estrutural: aplicação para os estados da Região Sul frente à economia brasileira 1999/2004 e 2004/2008. **Revista de Economia**, v. 39, n. 3, p. 159-179, 2013.

FEE. **Atividades características do turismo no RS, em 2013**: Valor Adicionado Bruto no Estado, regiões do turismo e municípios. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2016.

FIRGO, M.; FRITZ, O. Does having the right visitor mix do the job? Applying an econometric shift-share model to regional tourism developments. **The Annals of Regional Science**, v. 58, n. 3, p. 469-490, 2017.

FJP. Economia do turismo de Minas Gerais 2010-2014. **Indicadores Econômicos 1**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2017.

HADDAD, P. R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Banco do Nordeste do Brasil SA, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1989.

HERSEN, A.; LIMA, J. F. de. A heterogeneidade do crescimento econômico das unidades federativas brasileiras (2000-2007). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 3, p. 457-472, 2011.

IBGE. **Economia do turismo**: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009. Estudos & Pesquisas, n. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPARDES. O produto interno bruto a preços básicos das atividades turísticas do Paraná: resultados de 2010 a 2021. **Nota Técnica IparDES**, n. 30. Curitiba: IPARDES, 2024.

MELO, E. S.; MARINI, M. J. Análise da dinâmica do emprego nas regiões turísticas paranaenses: uma abordagem pelo método shift-share. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 12, p. 357-379, 2022.

MORRONE, H. Analisando a performance setorial nos estados da Região Sul entre 2007 e 2012: uma análise shift-share. **Perspectiva Econômica**, v. 11, n. 1, p. 36-46, 2015.

RIBEIRO, L. C. de S.; ANDRADE, J. R. de L. Characterization of tourism clusters in Brazil. **Tourism Economics**, v. 21, n. 5, p. 957-976, 2015.

RIBEIRO, L. C. de S.; SANTOS, M. M. C. dos; SANTOS, F. R. dos. Avaliação das atividades características do turismo no Brasil: 2012-2020. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 557-578, 2021.

SEI. **Metodologia das atividades características do turismo (ACT)**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), dez. 2021.

SELTING, A. C.; LOVERIDGE, S. **A Summary of the literature on shift-share analysis**. Staff Papers 14086, University of Minnesota, Department of Applied Economics, 1992.

SOBRAL, F.; PECCI, A.; SOUZA, G. An analysis of the dynamics of the tourism industry in Brazil: challenges and recommendations. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 19, n. 6, p. 507-512, 2007.

SOUZA, N. de J.; SOUZA, R. B. de L. de. Dinâmica estrutural-diferencial da região metropolitana de Porto Alegre, 1990/2000. **Revista de Economia**, v. 30, n. 2, p. 121-144, 2004.

TOREZANI, T. A. Valor adicionado das atividades turísticas do Rio Grande do Sul: conceitos, metodologia e resultados. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (**Nota Técnica n. 106**).

TORRES, G. P.; PALERMO, P. U.; PORTUGAL, M. S. O desempenho da indústria no Rio Grande do Sul (RS), entre 1996 e 2007: uma análise comparada através do método shift-share. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 1, p. 45-74, 2013.

UNITED NATIONS. **System of National Accounts 2008** [SNA 2008]. New York: United Nations/European Commission/IMF/OECD/World Bank, 2009.

UNWTO. **International recommendations for tourism statistics 2008**. Studies in Methods, Series M, n. 83/Rev. 1. New York: United Nations/UNWTO: Department of Economic and Social Affairs, 2010a.

UNWTO. **Tourism satellite account: recommended methodological framework 2008**. Studies in Methods, Series F, n. 80/Rev. 1. Luxembourg, Madrid, New York, Paris: United Nations/UNWTO/Eurostat/OECD: Department of Economic and Social Affairs, 2010b.

UNWTO. **International tourism highlights, 2023 Edition** – The Impact of COVID-19 on Tourism (2020–2022). Madrid: UNWTO, 2023.

VIANA, F. D. F.; BRAGA, F. L. P.; NASCIMENTO, A. L. M.; NAZARENO, M. C. de M. Turismo nas cidades históricas de Minas Gerais: uma análise para a variável emprego e renda por meio do método diferencial-estrutural. **Gestão & Regionalidade**, v. 36, p. 148-173, 2020.

ANEXO

Quadro 1 – Atividades consideradas características do turismo e seus respectivos grupos de atividades

GRUPOS DEE	GRUPOS INTERMEDIÁRIOS	CÓD. CNAE 2,3	SUBCLASSES - ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO	
Comércio varejista	Comércio varejista	4713-0/05	Lojas francas (Duty Free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres	
		4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	
		4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	
		4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	
Transporte de passageiros	Transporte terrestre	4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	
		4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	
		4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	
		4923-0/01	Serviço de táxi	
		4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	
		4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	
		4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	
		4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	
	4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares		
	Transporte aquaviário		5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - Passageiros
			5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros
			5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos
	Transporte aéreo		5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular
5112-9/01			Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	
5112-9/99			Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular	
Alojamento e alimentação	Alojamento	5510-8/01	Hotéis	
		5510-8/02	Apart-hotéis	
		5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	
		5590-6/02	Campings	
		5590-6/03	Pensões (alojamento)	
	5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente		
	Alimentação		5611-2/01	Restaurantes e similares
			5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
			5611-2/04	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento
			5611-2/05	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento
5612-1/00			Serviços ambulantes de alimentação	
Outras atividades turísticas	Aluguel de bens móveis	7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	
		7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	
	Organização de viagens e de eventos		7911-2/00	Agências de viagens
			7912-1/00	Operadores turísticos
			7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
			8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
	Artes e recreação		9001-9/01	Produção teatral
			9001-9/02	Produção musical
			9001-9/03	Produção de espetáculos de dança
			9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
9001-9/05			Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	
9001-9/99			Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	
9102-3/01			Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	
9103-1/00			Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	
Segundas residências	Segundas residências	9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	
		9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	
Segundas residências	Segundas residências	-	Aluguel imputado*	

Fonte: Torezani (2025).